

Palavras-chave: Palikur; intercâmbio; comércio.

Resumo

Os Palikur estão em processo de contato com a cidade de Oiapoque, município brasileiro que faz fronteira com o Departamento Ultramarino da França – Guiana Francesa. Contudo, pelos dados histórico que temos acesso, esse povo indígena sempre se colocou em uma posição de hostilidade, sendo considerado arredo pela sociedade luso-brasileira, não se submetendo a sua imposição colonial e pós-colonial de nacionalização, preferindo estimular uma forte relação de intercâmbio e comércio com a Guiana Francesa. A partir do estabelecimento do Rio Oiapoque como marco legal de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, em 1900, ambos países passaram a intervir com maior intensidade na região, procurando aprofundar as marcas de suas respectivas nações, estimulando uma nova dinâmica jurídica, política e econômica para o local. Nesse processo, os Palikur, marcados pela forte perseguição colonial portuguesa, entendiam que o governo brasileiro executava políticas impositivas, revestidas de um caráter pacífico, configuradas através da implantação de escolas e Postos Indígenas, que no final das contas buscavam “amansar” os Palikur para escravizá-los. Já a Guiana Francesa, segundo o entendimento do povo Palikur, oferecia políticas atrativas, fazendo com que vários indígenas migrassem para o território francês. Com a intervenção das políticas do SPI, implantadas na região de Oiapoque a partir da terceira década do século XX, os Palikur foram conduzidos a rever sua postura de distanciamento e passaram a estreitar os vínculos com a cidade de Oiapoque, símbolo da sociedade brasileira na região. Dentre esses vínculos, o intercâmbio comercial é um dos mais intensos e significativos. Nos dias atuais esse povo indígena transporta semanalmente os produtos cultivados em suas roças, principalmente a farinha de mandioca, para serem comercializados na cidade brasileira, mesmo entendendo que é mais vantajoso comercializar os produtos no lado francês, por questões do câmbio da moeda. Ao retornarem para suas aldeias, os Palikur levam consigo produtos industrializados da cidade para seu consumo rotineiro. A relação que os Palikur têm com os brasileiros na cidade de Oiapoque é estabelecida somente para suprir determinadas necessidades que esses indígenas apresentam. Atendimento médico-hospitalar, recebimento de proventos nos caixas do Bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal, encontro de formação de lideranças religiosas, venda ou troca de seus produtos da aldeia: são os principais motivadores que levam os Palikur a visitarem Oiapoque com frequência. Contudo, os indígenas não se sentem à vontade no ambiente citadino. Percebendo que os não-

¹Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPa.

indígenas os hostilizam com frequência, eles buscam agilizar a resolução de suas atividades para retornarem o mais rápido possível às suas aldeias.

Introdução

O presente trabalho faz parte de algumas considerações provisórias de minha pesquisa de mestrado intitulada “Os Palikur e suas relações de intercâmbio de bens na cidade de Oiapoque”, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Claudia Leonor López Garcés, cujo projeto já foi qualificado e a dissertação está prevista para ser defendida em janeiro de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará.

A pesquisa tem como foco central entender as relações econômicas que os Palikur efetuam com a sociedade não-indígena na cidade de Oiapoque, utilizando a categoria de intercâmbio de bens para compreender os efeitos que decorrem dessas relações ou vice-versa, tais como a sociabilidade e as alianças estimuladas por esse intenso contato entre os Palikur e seus interlocutores. Portanto, o objetivo geral do trabalho se estrutura em construir uma etnografia das relações de intercâmbio de bens dos Palikur, que moram no rio Urukauá, com os brasileiros com quem mantêm contato durante o período de estadia na cidade de Oiapoque, buscando olhar para essas relações econômicas a partir da lógica dos próprios Palikur.

O povo Palikur, assim como os Galibi-Marworno, Galibi kalin’á e os Caripuna, habita a fronteira Brasil-Guiana Francesa. No entanto, possuem outras características específicas que os diferenciam dos demais povos indígenas dessa região. Falam uma língua pertencente ao tronco linguístico Aruaque³ e estão localizados tanto no território francês, quanto no território brasileiro.

No Brasil se concentram na Terra Indígena Uaçá, localizada no município de Oiapoque, estado do Amapá. Organizam-se em aldeias, dispostas ao longo do rio Urukauá, afluente do rio Uaçá. No total essas aldeias formam treze grupos locais, sendo *Kumenê* a aldeia mais populosa, com aproximadamente oitocentas pessoas.

Nos últimos 18 anos, por questões de segurança e vigilância da Terra Indígena, bem como para ajudar a preservar a nascente do rio Urukauá, resolveram deslocar algumas famílias para a margem da BR 156 (estrada que liga Macapá, capital do

³Assim como os Baniwa, Kulina, Terena, os Tariana, dentre outros.

Amapá, a Oiapoque). Aí constituíram uma aldeia denominada *Ywawka*, onde vivem cerca de sessenta pessoas. Essa é a única aldeia palikur que tem acesso à cidade fazendo o percurso unicamente pela estrada. Nas demais o acesso é feito pelo rio, já que estão localizadas no médio e baixo Urukauá, e não há como navegar em direção à BR 156, pois, na medida em que se vai ao encontro da nascente do rio, o Urukauá se torna cada vez mais raso e estreito.

A população Palikur que vive no Brasil, em 2010, contabilizava o número de 1.293 pessoas, segundo dados do IEPÉ (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena). Já na Guiana Francesa, a estimativa de sua população girava em torno de 1500 pessoas, em 2011⁴. Conforme já mencionado acima, no Brasil essa população está concentrada na Terra Indígena Uaçá, ao longo do rio Urukauá, principalmente da metade desse rio para baixo, onde está instalada sua aldeia mais populosa, bem distante da cidade de Oiapoque. Enquanto que na Guiana Francesa é bem diferente o contexto geográfico em que vivem, pois estão organizados em vilarejos, também denominados de bairros, próximos às cidades de Saint Georg e Caiena.

Os indícios de ocupação da faixa que se estende da foz do rio Amazonas até a foz do rio Oiapoque, remontam vários séculos. As primeiras informações sobre o povo Palikur datam de 1513, em uma carta do navegante espanhol Vicente Pizón que explorou a região em finais do século XV, e os descreveu como habitantes da região costeira (“Cofta Paricuria”), situando-se ao norte da foz do rio Amazonas. Em seguida, esses indígenas foram levados a subir mais ao norte, em decorrência de perseguições e ataques violentos dos colonizadores portugueses (ARNAUD, 1969, p. 87).

Chegaram até a Bacia do rio Uaçá a partir do século XVII, na região que se estende entre os rios Calçoene e Curipi, e aí se instalaram juntamente com outros fugitivos da escravidão e soldados desertores do poder colonial. Também passaram a ocupar o rio Urukauá, rio que se localiza entre os rios Curipi e Uaçá (COUDREAU, 1886/7, 2: 430, *Apud* ARNAUD, 1969, p. 87). Neste último local resolveram manter forte influência, considerando-o como o melhor lugar para se instalarem.

Esse povo está na região do Uaçá⁵, portanto, há mais de quatrocentos anos, e passaram a adotar o local como seu território de origem (CAPIBERIBE, 2007, p. 44).

⁴ Conforme o site do ISA: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/palikur/166>, acessado em 29 de março de 2016.

⁵ A região do Uaçá é entendida pelos indígenas como a região banhada pela bacia do rio Uaçá, para além da Terra Indígena de mesmo nome. Dessa forma, os rios, os povos indígenas e toda a fauna e flora que estão concentrados nessa região, são pertencentes à “Região do Uaçá”. O rio Urukauá está nessa região.

Por não ser o único povo indígena ocupando essa região, os grupos indígenas desse território eram classificados pelos colonizadores portugueses e pelos agentes das primeiras expedições brasileiras nessa região de fronteira de acordo com o seu grau de “civilização”. Os palikur estavam no final dessa lista classificatória, pois eram considerados os mais “selvagens” (Ibidem, p. 106).

Por questões de aproximação, e também porque, segundo Nimuendajú, não havia retaliação e perseguição aos indígenas pelo uso de sua língua materna, os palikur preferiam realizar transações de intercâmbio de bens com os franceses (*Apud*, CAPIBERIBE, 2007, p. 107), ingleses e holandeses, abastecendo as colônias desses europeus, principalmente com farinha de mandioca e peixe-boi, fato atestado por Lefebvre de la Barre já em 1666 (Ibidem, pp. 90-91), para alimentar seus escravos africanos. Essa relação dos Palikur com outros povos europeus, na Região do Contestado, apareceu para Portugal como temerosa e motivou os lusitanos a acusar os Palikur de serem muito próximos dos franceses, sendo conhecidos na região como “*amis de François*”, o que levou o governo colonial luso a perseguir fortemente os Palikur para capturá-los e forçá-los ao trabalho escravo, além de tentar romper o comércio e todo tipo de relação com os inimigos que contestavam o território do Amapá (ARNAUD, 1969).

Segundo Capiberibe (2007), o Padre Fauque, líder religioso responsável pelas missões do Uaçá, em 1735, atesta que há o estabelecimento de aliança entre os palikur e os não-indígenas do lado francês. Essa aliança era denominada pelos Palikur de *banané*, que significa amizade entre um índio e um não-índio. Mais adiante ele indica uma aliança travada entre os indígenas e o governo francês, onde este havia condecorado o chefe indígena com um bastão ornamentado por uma placa de prata com as armas da França. “Tais bastões tornaram-se símbolo de chefia entre os índios” (Ibidem, p. 79).

Pelo tratamento ríspido com o qual os portugueses lidavam com os Palikur, esses indígenas alimentavam grande aversão aos colonizadores lusitanos e às suas políticas de assimilação. Os Palikur não se esforçavam em aprender o português, muito menos o *patois*, língua derivada do crioulo francês que as etnias Karipuna e Galibi-Marworno adotaram para si como língua usual, e por isso, os colonizadores do território brasileiro acusavam os Palikur de contrabandistas, pois, ao manterem o intenso comércio com a Guiana Francesa, não pagavam os tributos coloniais, além de aprenderem apenas o idioma francês (ARNAUD, 1969).

Portanto, o povo indígena Palikur foi o único da região do Uaçá que manteve sua língua materna, mesmo depois de intenso contato interétnico, adotando inicialmente apenas o francês para fins de relações de intercâmbio de bens com seus “amigos” franceses.

Pelo processo histórico de perseguições a que os Palikur estavam submetidos desde o período colonial, e, além do mais, em decorrência dos envolvimento em frequentes contatos com outros povos indígenas e não-indígenas em uma região de fronteira, esse povo chegou ao século XX com intenso déficit populacional. Já em 1925, Curt Nimuendajú afirmava que a sociedade Palikur já se apresentava bastante abalada por um processo histórico de contatos os mais diversos (*Apud*, CAPIBERIBE, 2007, p. 19).

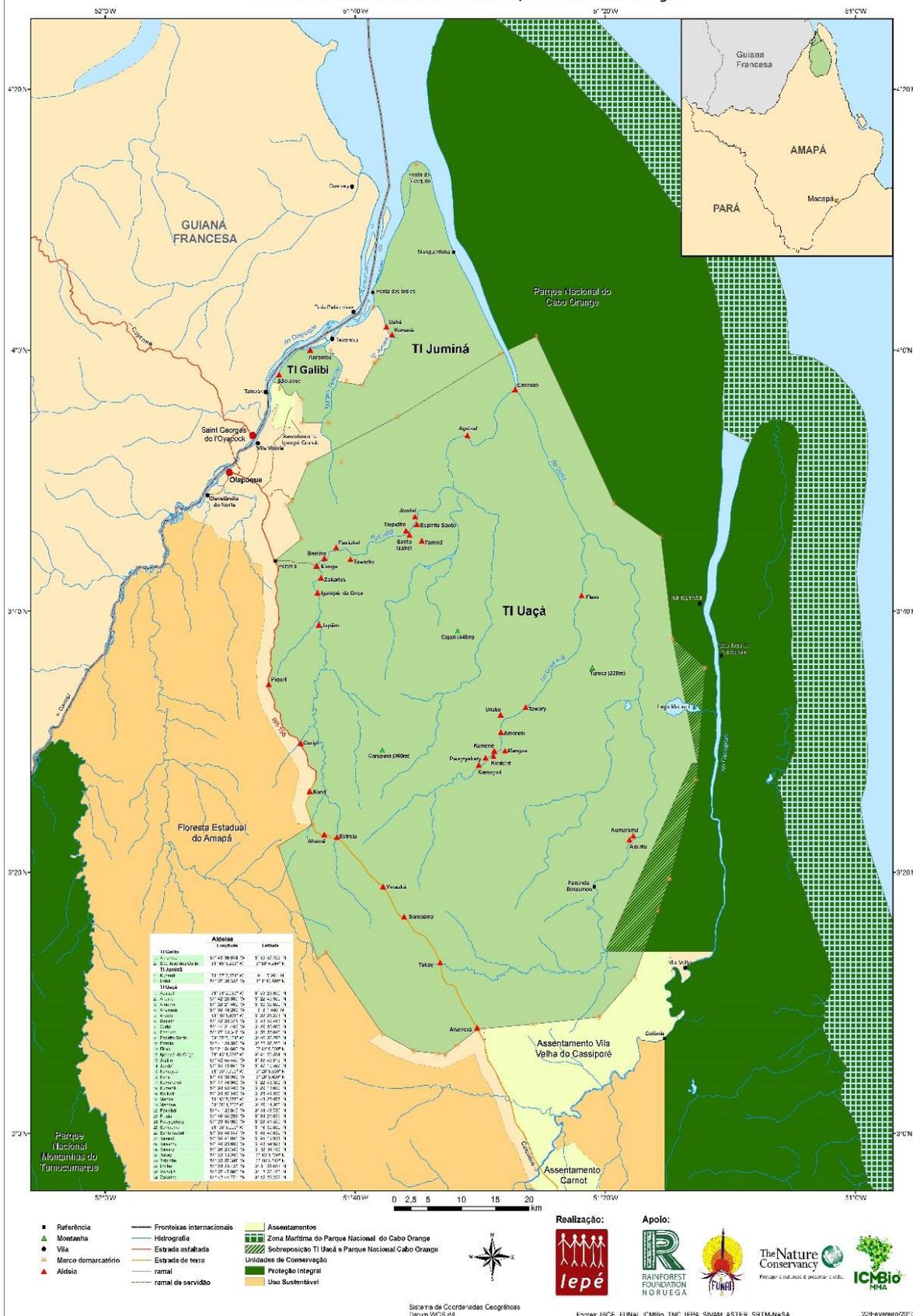
A finalização do litígio entre Brasil e França pela zona do contestado, fez com que o governo brasileiro, a partir de 1900, passasse a introduzir políticas indigenistas para a região do Uaçá, com a pretensão de nacionalizar as populações indígenas que ali viviam. Dessa forma, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, passou-se a pensar estratégias que melhor atingissem os “índios” e os tornassem nacionalizados.

Em 1927, na expedição que Marechal Rondon executou na região da fronteira Brasil-Guiana Francesa, foram apontadas algumas necessidades urgentes entre as populações indígenas do Uaçá. Além da instalação de escola para o ensino regular da língua portuguesa e de noções cívicas, o expedicionário apontou também a necessidade da criação de um Posto Indígena na região.

Passados alguns anos, o posto foi construído em um local estratégico, chamado “Encruzo”, onde há a bifurcação entre os rios Uaçá e Curipi, e foi inaugurado em 1940, quando, além de oferecer assistência médica e escolar às populações indígenas da Bacia do Uaçá, também tinha a função de implementar uma política intensiva de vigilância entre os indígenas. Portanto, a partir de 1940 as fronteiras do rio Urukauá foram fechadas para a habitação e demais transações com estrangeiros (CAPIBERIBE, 2007, p. 41).

Eurico Fernandes, agente público do estado brasileiro, foi o primeiro chefe do posto do SPI no rio Uaçá e ocupou o cargo durante dez anos. Foi ele quem instalou tal posto no Encruzo. Segundo os relatos, sua atuação foi controladora e punitiva (CAPIBERIBE, 2009, p. 64).

TERRAS INDÍGENAS GALIBI, JUMINÃ E UAÇÁ



Mapa 01: Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi. Fonte: Projeto de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque.

O Posto do Encruzo era passagem obrigatória de quem vinha pelo meio fluvial da cidade de Oiapoque ou da Guiana Francesa para as aldeias Karipuna, Palikur e Galibi-Marworno, localizadas respectivamente nos rios Curipi, Urukauá e Uaçá, conforme se observa no mapa 01.

Capiberibe (2007, p. 47) aponta que a partir da assistência do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), depois da segunda década do século XX, com as expedições regulares à região e implantação do Posto Indígena, e posteriormente a assistência prestada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), percebeu-se um aumento gradativo da população Palikur no território brasileiro. Ou seja, para essa autora o serviço prestado pelas agências do governo brasileiro foi fundamental para uma maior proteção desses indígenas e consecutivamente aumento de sua taxa populacional.

O Posto Indígena do Encruzo significou o primeiro contato intensivo dos brasileiros em busca de intervenção na vida dos Palikur, depois da consumação do processo de litígio fronteiro entre Brasil e França. Sua introdução trouxe aspectos novos para a dinâmica social. Antes de sua inauguração, o SPI fazia expedições esporádicas e até inaugurou uma escola na localidade onde hoje é a aldeia Kumenê, fato que levou a concentrar nesse local os indígenas que viviam espalhados ao longo do rio Urukauá. Mas essas expedições esporádicas da agência governamental brasileira não conseguia efetuar sua tarefa de controlar a vida desses indígenas, tanto que, posteriormente os Palikur entenderam que a instalação da escola por parte dos brasileiros significava uma nova tentativa de apassivá-los para a escravização. Principalmente porque na escola instalada não se admitia a comunicação em língua palikur, somente em português. Pouco tempo depois da introdução da escola, ela foi fechada e desativada pelos próprios Palikur que se recusaram a frequentá-la (ARNAUD, 1969, p. 103).

O intercâmbio de bens em Oiapoque e reciprocidade

Às dez horas da noite de sábado, depois de ter acompanhado o culto na igreja e ter jantado um delicioso frango guisado com pimenta, preparado por Zélia, esposa de Ailton Batista, meu anfitrião na aldeia Kumenê, ainda faltava uma hora para o gerador de energia elétrica da aldeia ser desligado. Sentei-me numa cadeira ao lado de uma mesinha na varanda da casa e passei a aproveitar os últimos minutos de energia elétrica daquele longo dia para escrever no meu diário tudo o que pude lembrar sobre o sábado

de preparação dos produtos das roças dos Palikur do Kumenê que iriam ser levados na viagem de barco e comercializados em Oiapoque.

A previsão era que o “Barco da Comunidade” partisse às dez da manhã de domingo. O embarque dos produtos seria feito nas primeiras horas do dia, o que significava que eu teria que estar de pé logo cedo para acompanhar o processo. Terminei minhas anotações por volta das 23:40, já com o auxílio de uma lanterna à pilha, e fui dormir na confortável cama que Ailton e Zélia me emprestaram.

Às 6:30 da manhã eu já estava de pé para acompanhar o traslado desses produtos para o barco. Fiquei no início da ponte que dá acesso ao rio e aproveitei para ajudar alguns a carregar seus pesados fardos de farinha, cachos de banana e pupunha, abacaxi, garrafas com tucupi, goma e farinha de tapioca. Em geral cada família carrega a sua carga, mas há sempre ajuda de membros de outras famílias para embarcar os produtos.

Atualmente os Palikur realizam comércio constante com os brasileiros em Oiapoque. No entanto, há um fluxo intenso de indígenas Palikur que transpõem a fronteira, já que muitos de seus parentes vivem no lado francês. Segundo informações dos próprios Palikur, todas as famílias do Kumenê têm parentes na Guiana Francesa. E para lá os Palikur do lado brasileiro vão constantemente passar férias, participar de alguma festa da igreja, participar de competições esportivas, encontrar os parentes. No entanto, segundo suas próprias informações, o que não estabelecem é o comércio.

O comércio de farinha de mandioca e dos demais produtos da roça é estabelecido somente com os brasileiros, quase exclusivamente na cidade de Oiapoque. Perguntei a Ailton o porquê deles cortarem totalmente as relações de trocas comerciais com a Guiana Francesa, já que historicamente os Palikur eram considerados amigos dos franceses. Ele me respondeu:

Nós gostaríamos muito de fazer comércio de farinha em Saint George, na Guiana Francesa. Ainda mais que o euro está bem valorizado. Ia ser muito bom vender a farinha em euro e depois fazer compras no Oiapoque, em real. O problema é que a polícia francesa não permite que a gente venda nossa farinha lá. Eles já apreenderam muita farinha nossa, quando não apreendem, eles jogam no rio. Foi muita farinha estragada, muito prejuízo. Resolvemos não mais levar nossa farinha para lá. Dizem que a farinha que se come na França tem que ser feita na França (Ailton Batista, Aldeia Kumenê, janeiro de 2016).

Segundo ainda relato de Ailton Batista, os únicos indígenas que continuam estabelecendo relações de comércio de farinha de mandioca com os franceses são os Galibi-Marworno, os quais, mesmo conhecendo os perigos da fiscalização, insistem nas transações com os guianenses.

O que se entende a partir dos relatos dos próprios Palikur e das fontes etnográficas (ARNAUD, 1969), é que, a partir do marco legal da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, os Palikur deixaram de estabelecer a relação comercial com seus parentes no lado francês, pois, além do Brasil insistir em cortar os vínculos comerciais, a França também passou a interceptar o comércio de bens dos Palikur brasileiros com seus parentes ou outros receptores de mercadoria no lado francês.

Mas pode-se entender que, mesmo interditando o comércio das mercadorias palikur, as relações de intercâmbio e outras formas de troca continuam, ainda que não sejam admitidas, visto que, conforme já acentuamos linhas atrás, o contato e a relação dos Palikur com seus parentes que estão localizados na Guiana Francesa é intenso e executado em momentos de festividades e datas comemorativas, além de férias e busca de trabalhos temporários para render algum dinheiro e assim voltar para o rio Urukauá com alguma mercadoria.

Portanto, atualmente os Palikur admitem que efetuam trocas comerciais apenas com os brasileiros, e essas relações são estabelecidas principalmente em Oiapoque, para onde o “barco da comunidade” se encaminha semanalmente para transportar suas mercadorias.

O barco que é utilizado pelos Palikur para transportar os excedentes de mercadorias de suas roças até Oiapoque pertence aos próprios Palikur. Há uma pessoa na comunidade que é escolhida em reunião para ser a administradora do barco, e em cada viagem é cobrada a taxa de R\$ 50,00 por pessoa para transportar suas mercadorias. Esse valor é destinado a pagar o combustível utilizado na viagem, além das manutenções que a embarcação necessitar.

A embarcação tem capacidade para 30 toneladas e é chamado pelos próprios indígenas de “Barco da Comunidade”, embora o nome que esteja marcado nele seja “Comunidade Kumenê”. Por semana ele faz uma viagem de ida e volta.

O barco foi adquirido através de acordo político dos Palikur com uma candidata a deputada federal do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Segundo relatos, a candidata prometeu que, caso os Palikur do Kumenê votassem nela, ela mandaria construir um barco para atender as necessidades de transportes de mercadorias e passageiros da aldeia. A candidata obteve um expressivo número de votos na aldeia, e logo depois das eleições de 2010 ela cumpriu sua promessa.

No entanto, além dos produtos para serem comercializados, na viagem vão também pessoas para a cidade em busca de resoluções para alguns problemas

particulares, tais como: consultar o médico, solicitar remédio na Casa de Saúde Indígena, receber proventos nos bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal, participar de encontros de formação de pastores ou acompanhamento pastoral no templo central da Igreja Assembleia de Deus de Oiapoque, fazer compra mensal de mantimentos industrializados (bolacha, biscoito, café, açúcar, leite em pó, sabão, etc.).

Esse aspecto também é apontado por Capiberibe (2009, p. 159), quando a autora observa que os deslocamentos dos Palikur do rio Urukauá para a cidade de Oiapoque se dão pelas mesmas questões práticas que apontamos acima, e ainda completa que essas visitas à cidade não costumam exceder três dias consecutivos, até porque, muitos não têm onde permanecer por um período mais longo, tendo que se hospedar no próprio barco da comunidade, e até porque o barco deve voltar para a aldeia para preparar a próxima viagem da outra semana, já que o transporte é feito pelo menos uma vez a cada semana.

Ao aportar em Oiapoque rapidamente os produtos são colocados na beira da calçada da rua. Todos que estão no barco ajudam a descarregar as mercadorias. Os donos das mercadorias desembarcam e vão até seus interlocutores comerciais para avisar que já chegaram com os produtos para serem negociados, pois todos já têm seus compradores certos e definidos. Essa definição de interlocutores comerciais se dá com o estabelecimento de confiança de crédito que perdura desde o início das relações de intercâmbio que os Palikur mantêm com os brasileiros em Oiapoque. Portanto, a confiança comercial entre os envolvidos nessa relação se consuma em função da longevidade em que esse vínculo está estabelecido.

Portanto, no Oiapoque os Palikur já têm o destino certo para seus produtos. Ou seja, os compradores ficam à espera do barco da aldeia para abastecer o mercado local, principalmente na feira de produtos agrícolas de Oiapoque. Os comerciantes da feira dependem dos produtos indígenas para abastecer seus estabelecimentos. Dessa forma, é necessário que os Palikur providenciem regularmente suas viagens para a cidade, para que honrem com seus compromissos. Por outro lado, os comerciantes também esperam e confiam no retorno dos produtos indígenas, os quais procuram também manter sua palavra de comprar somente com seus respectivos interlocutores. Assim, o que alguns podem entender como apenas uma relação de intercâmbio de bens, estabelecido com objetivo de simples troca mercantil e busca de lucro, o que se consolida nos espaços de relação entre os Palikur e seus interlocutores são vínculos de reciprocidade, pois eles se

dão a partir da lógica da confiança, e para isso é necessário que se estabeleça uma razoável aproximação entre os envolvidos na relação.

Assim sendo, ousou destacar que os produtos que os Palikur transportam e negociam em Oiapoque carregam consigo um valor intrínseco que extrapola seu valor comercial. A dádiva se responsabiliza em estabelecer e afirmar um contrato social, o qual vincula os protagonistas envolvidos em uma rede de relações. Esse vínculo é entendido a partir do significado do objeto que será trocado, vendido ou penhorado. Ou seja, o artigo não tem fim em si mesmo, ele carrega algo de seu doador (nesse caso o produtor dos bens, o Palikur), algo que liga obrigatoriamente os indivíduos envolvidos na relação, e encarrega o recebedor a recompensar o bem adquirido. Contudo, a recompensa à dádiva não está de acordo com a lógica capitalista, a qual entende que a retribuição a um bem adquirido deve ser de acordo com seu valor econômico. O maior valor que a dádiva carrega consigo é o seu simbolismo, o seu significado, o qual não representa um objeto inerte, mas que contém vida, contém alma (LANNA, 2000, p. 180).

Portanto, a dádiva se apresenta como um ato de comunicação intersubjetiva, onde as almas dos envolvidos se mesclam, se interpenetram, permite a sociabilidade (LANNA, 2000, p. 178). E assim, um importante ponto que deve ser esclarecido é que as relações de intercâmbio são uma forma econômica não necessariamente organizada apenas de acordo com a lógica da troca, da economia do mercado capitalista. A reciprocidade é outra proposta de entender essas relações, buscando perceber que o ato de trocar pode conter uma interpretação que extrapola a percepção de mercado. Essa proposta leva em consideração principalmente as manifestações ocultas dos agentes da relação, os quais, muitas vezes, consideram a reciprocidade como um movimento que estabelece aliança e obrigações mútuas de contraprestações, e que alimenta o vínculo através de um contrato mediado pelas prestações.

Portanto, entende-se que as atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse individual e corporativista. As relações nos espaços sociais onde há a ajuda mútua, a partilha dos espaços comuns de produção, geram valores materiais ou instrumentos imateriais, mas também valores afetivos e éticos, que correspondem ao sentimento de grupo, de sociabilidade, de parceria (SABOURIN, 2011, p. 36).

Destaca-se nesse sentido, que as relações que envolvem reciprocidade se pautam, de acordo com Sabourin (2008, p. 04-05), na estratégia de “preocupação pelo outro para produzir valores afetivos ou éticos como a paz, a confiança, a amizade,

compreensão mútua”. Portanto, a necessidade de estabelecimento comercial entre os Palikur e seus interlocutores em Oiapoque está assentada numa relação de reciprocidade, consolidada na aproximação entre as duas partes, intensificada no decorrer dos anos.

Outro ponto de destaque nessa análise é que, a maioria das relações que os Palikur estabelecem na cidade não é uma relação direta com os consumidores de seus produtos, ou seja, há a figura de um sujeito nessa relação que se torna fundamental no processo. Esse sujeito é o feirante, aquele que adquire os produtos indígenas para comercializar na feira de Oiapoque. Sabourin (2011) nomeia essas relações de reciprocidade ternária, que se estabelece a partir do entendimento de que uma terceira pessoa adentra na rede de relação, a qual tem o papel de mediar o envolvimento entre o primeiro e o segundo agente. A reciprocidade reside aqui no sentimento de confiança, tanto do corretor que sabe da origem do produto, quanto do comprador/consumidor, que confia no caráter do revendedor e do produto que vende.

A estadia dos Palikur na cidade

A cidade de Oiapoque é estruturada como uma localidade tipicamente de fronteira. Por lá moram e passam pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo. Vivem também nessa cidade um número considerável de indígenas da região⁶. Contudo, os indígenas urbanos que compõem a população daquela cidade são quase exclusivamente Galibi-Marworno, Caripuna e Galibi Kalin’a. Ou seja, quase não se percebe indígenas Palikur que habitam a cidade de Oiapoque. Segundo relatos dos próprios Palikur, apenas uma família desse povo mora na cidade.

O período em que se encontra um maior número de indígenas Palikur na cidade é nos dias em que o Barco da Comunidade está aportado às margens do Rio Oiapoque, quando os Palikur trazem suas mercadorias para negociar na cidade.

A partir do momento em que chegam em Oiapoque, os Palikur buscam resolver suas obrigações o mais rápido possível, pois o barco permanece na cidade por, no máximo, três dias. Nesse período de estadia, os Palikur, não tendo parentes residentes na cidade de Oiapoque, buscam outras possibilidades de se abrigar durante esses dias.

⁶ Segundo censo do IBGE de 2010, em Oiapoque viviam 432 indígenas no ano da pesquisa, o que corresponde a 3,1% da população total da zona urbana. <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html> acessado em 16 de junho de 2016.

Alguns vão para a casa de seus parentes em Saint Georg, na Guiana Francesa, outros buscam abrigo no prédio da FUNAI. Os demais, principalmente aqueles que foram com fim específico em intercambiar suas mercadorias, utilizam o barco para alojamento nesses dias, até porque é onde os produtos que ainda não foram negociados ficam guardados.

A maioria dos Palikur apresenta dificuldade para se comunicar em português. Sua língua materna e usual na aldeia é o *parikwaki*, do tronco linguístico aruaque. Essa é uma das principais características de sua identidade, que possibilita perceber com nitidez a presença desses indígenas no ambiente urbano. Assim sendo, nos locais que frequentam durante sua estadia na cidade, tais como, mercantis, agências bancárias, restaurantes e padarias, eles são reconhecidos rapidamente pelos não-indígenas. Mas essa percepção da presença dos Palikur em Oiapoque não é dada somente pelo uso de sua língua, mas também porque já são conhecidos por muitos não-indígenas, em decorrência das relações de proximidade que já estabeleceram com alguns agentes da população urbana.

As famílias Palikur, quando estão na cidade, andam sempre juntas. Pais e filhos percorrem as ruas em busca de resolver suas necessidades. O marido é sempre quem domina melhor o português, talvez pelo fato de ser o responsável pelo comércio dos produtos de sua família nuclear. Portanto, quem mais se comunica com os habitantes da cidade é o marido.

No período de estadia dos Palikur em Oiapoque há uma contínua relação entre os indígenas e as instituições da cidade. Eles visitam a Igreja Assembleia de Deus, os bancos, a Casa de Saúde Indígena (CASAI), a FUNAI, a sede da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) e também os estabelecimentos comerciais, onde fazem suas compras de mercadorias industrializadas para levar para a aldeia. A respeito dessa última, Artionka Capiberibe (2009, p. 160) relata que há momento em que alguns Palikur sofrem constrangimentos nas relações comerciais que estabelecem em Oiapoque. Esse constrangimento é exercido, segundo a autora, em função do desconhecimento, por parte do indígena, da forma como é regido o sistema de mundo do não-indígena. No entanto, o constrangimento se dá apenas nas relações com os estabelecimentos onde não são conhecidos, onde não fazem compras com frequência e assim, não têm o reconhecimento dos donos dos estabelecimentos. Já onde os comerciantes os conhecem e já estabeleceram uma relação de freguesia entre si, os Palikur são muito bem tratados, pois são sempre bons compradores e pagadores.

Contudo, Capiberibe (2009, p. 161) aponta também que os Palikur são sempre retraídos na cidade. Andam em silêncio, olhando para baixo e em grupo. Segundo as reflexões dessa autora, a atitude dos palikur de se emudecer e andar em grupos na cidade indica não somente que os palikur sabem que os não índios não se apropriam de suas formas de conhecimento e de suas visões de mundo, como também indica que eles entendem que estão lidando com algo que lhes parece ameaçador.

Como complemento a essa percepção pode-se procurar entender essa postura dos Palikur em Oiapoque a partir da possibilidade de acessar os espaços urbanos que muitas vezes lhes são negados. Portanto, a forma como os Palikur se comportam na cidade pode ser vista como uma estratégia de enfrentar um espaço que lhes é negado, mas que eles reivindicam sendo também seu. Assim sendo, ao ter acesso aos bens e serviços que estão presentes na cidade, esses indígenas passam a organizar sua identidade indígena a partir da conjuntura que a cidade lhe propicia, conjugado com os valores que carregam consigo. Essa “estrutura da conjuntura” (SAHLINS, 2004) é construída pelos Palikur a partir da dinâmica das relações do concreto, levando em consideração que essa forma de encarar tal situação é uma forma de reivindicação de poder ocupar os espaços e as instituições urbanas.

Considerações provisórias

O povo indígena Palikur está em constante contato com a cidade de Oiapoque. Esse contato é fortalecido e organizado pelos próprios Palikur, a partir de seu entendimento da necessidade de construção de redes de relações. Nessa medida, os Palikur, utilizando-se da dependência que a população urbana tem em relação aos seus produtos agrícolas, principalmente a farinha de mandioca, constroem um espaço de intensa relação com os não-indígenas em Oiapoque, a partir do intercâmbio de bens e serviços.

Percebe-se assim, que esse intercâmbio propicia a aproximação entre Palikur e brasileiros, o que pode levar a superar parte do trágico contato exercido em tempos anteriores, onde a colonização luso-brasileira perseguia esses indígenas, com o intuito de escravizá-los.

Pelo que já foi demonstrado em linhas acima, os Palikur não procuram a cidade de Oiapoque para fixar residência. A investigação das razões da ocorrência do fato de haver poucos habitantes palikur na área urbana não é o objetivo desse trabalho, mas

considero que ele pode apontar como um indicador de que esses indígenas ainda têm dificuldades em demonstrar interesse em uma aproximação mais intensa com os não-indígenas, que avance para além de suas relações de comércio. E eles têm suas fortes razões.

Desse modo, se faz importante entender a forma como esses indígenas percebem essas redes de relações que são construídas para atender à necessidade de alianças que lhes são fundamentais. Gabriel Coutinho Barbosa (2007), em suas pesquisas sobre as redes de intercâmbios entre os Aparai e Waiana que habitam a região oriental das Guianas, aponta a possibilidade de entender o intercâmbio nessa região como meio de reprodução de redes de relações. Ou seja, o intercâmbio não é vislumbrado somente como um ato imediatista de troca mercantil, mediada pelo prazer em adquirir valores econômicos com o propósito de competir na sociedade capitalista. As relações de intercâmbio estabelecidas pelos indígenas apontam para a possibilidade de atravessar as correntes economicistas e olhar para essas relações a partir de outros fatores que motivam tais agentes a buscarem essas relações. Portanto, o intercâmbio pode ser visto como um meio de comunicação entre os envolvidos, como uma forma de se deixar interpenetrar, a partir das categorias simbólicas que aí estão envolvidas.

Desse modo, entende-se que a partir do estabelecimento dessas alianças, a cada novo contato com os espaços de intercâmbio na cidade de Oiapoque, os Palikur não voltam mais os mesmos para sua aldeia. À sua cultura, à sua identidade são adicionadas novas formas de se relacionar com o ambiente e com os outros. No entanto, cabe destacar que, mesmo abertos a novas possibilidades de construção da identidade, há a resistência em continuar com estruturas culturais que julgam ser indispensáveis para sua sobrevivência. Tanto prova que, caso contrário, esses indígenas já não se utilizavam de vários aspectos que marcam sua identidade e teriam sucumbido às determinações do mundo não-indígena, tal como o uso intensivo da língua portuguesa e o estabelecimento de moradia na zona urbana de Oiapoque.

Nesse ponto há aproximação com o conceito de *develop-man* de Marshall Sahlins (2004), o qual é entendido como a continuidade das estruturas culturais dos nativos, mas a partir do entendimento de que continuidade não é sinônimo de paralisia, de imobilidade. Portanto, esse conceito requer a atenção de que os atributos adquiridos a partir do contato com outras culturas tendem a reforçar e fortalecer sua própria cultura, fazendo com que ela se restabeleça e se renove. Inclusive, em algumas vezes a

apropriação do desenvolvimento passa a ser um modo de resistência política para a prática de povos nativos.

Bibliografia

ARNAUD, Expedito. **Os índios da região do Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial brasileira.** In: _____. O índio e a expansão nacional. Belém : Cejup, 1989. p. 87-128. Publicado originalmente no Boletim do MPEG, Antropologia, Belém, n.s., n. 40, jul. 1969.

_____. **Os Aparai e Waiana e suas redes de intercâmbio.** Tese de doutorado – PPGAS/USP, São Paulo: 2007.

CAPIBERIBE, Artionka. **Batismo de fogo: Os Palikur e o cristianismo.** São Paulo: Annablume; Fapesp; Nuti, 2007.

_____. **Nas duas margens do rio: Alteridade e transformações entre os Palikur na fronteira Brasil/Guiana Francesa.** Museu Nacional, Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2009.

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva.** Revista Sociologia Política, Curitiba, 14: p. 173-194, jun. 2000.

_____. **Educação, dádiva e reciprocidade: Reflexões preliminares.** http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2008_01_16_10_32_28_reciprocidade_educacao_sabourin.pdf. Acesso em 8 de março de 2016.

_____. **Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento.** Sociologia, Porto Alegre, Ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.

SAHLINS, Marshall. **Cosmologias do capitalismo: O setor transpacífico do “sistema mundial”.** In: Cultura na prática. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004. Pp. 443-499.